

São Luís, domingo, 12 de junho de 1994

O Debate **6** Geral

03/06/94

O JORNAL DA VERDADE

# LUTA DE INTERESSES

Três comunidades disputam a fazenda Frechal

JORNAL O DEBATE  
 Em: 12-06-94

03R000,3

**Enquanto não é definida a desapropriação das terras, o clima de tensão aumenta**

O destino da fazenda de Frechal, localizada no município Mirinzal, não ficou definido. O processo que trata da desapropriação já está nas mãos da Justiça Federal. Mas enquanto o problema não se resolve o clima na área é tenso.

Isso porque há três comunidades que habitam a fazenda - Frechal, Rumos e Deserto com interesses contrários. Frechal luta pela desapropriação das terras a fim de que passe a ser gerenciada pelo Ibama. As duas comunidades discordam do processo e alegam que nunca foram consultadas sobre o assunto.

O problema ficou mais grave quando o Ibama conseguiu uma dotação de recursos, a qual impedia que o decreto de levantamento e orçamento da área caducasse. Mais tranqüila com a continuidade da ação e com a possibilidade de desapropriação da área, a comunidade de Frechal retornou ao município. Mais confiantes na decisão judicial, os integrantes da comunidade de Frechal passaram a ser mais hostis com as comunidades de Rumos e Desertos, as quais ficaram proibidas de usufruir o mesmo espaço sem



**Trabalhadores de Frechal hostilizam as comunidades de Rumos e Deserto**

que pedisse permissão.

Não aceitando o posicionamento de Frechal, cerca de 100 pessoas representando Rumos e Deserto vieram até a capital cobrar solução do Ibama, que explica não ter mais participação nos fatos. "Agora o processo vem de Brasília", explica o superintendente interino do Ibama, Pedro Leão.

De acordo com explicação de Pedro Leão os trabalhos do Ibama-MA já terminaram em setembro do ano passado, quando foi terminado todo o levantamento da fazenda de 10.500 hectares, cuja propriedade é de Tomás de Mello Cruz, além do orçamento da área. Na época as terras foram avaliadas em cerca de CR\$

178 milhões. Hoje, com a valorização do imóvel, ela está orçada em US\$ 1 milhão.

Em caso de desapropriação das terras, a área vai ser gerenciada pelo Ibama, o qual fica responsável pelo gerenciamento. Significa dizer que os que moram na área terão o direito de explorar a terra, mas não a posse, uma vez que pertencem à União. A exploração do local deve respeitar a legislação ambiental, pois a área é considerada reserva Extrativista de Babaçu. "Assim a legislação determina as áreas que não podem ser desmatadas e sobre a proibição de recursos naturais para fins comerciais", explica Pedro Leão. Todo esse processo é denominado Plano de

Manejo de Utilização de Área, onde o recurso natural é explorado de forma racional.

Para tentar amenizar o clima de disputa que vem se acirrando entre as três comunidades é que, na próxima quarta-feira, vai estar em Mirinzal o chefe do Centro Nacional de População Tradicional, Rafele Ruenda. O objetivo de sua presença na área de conflito é explicar que as determinações sobre o destino da área a ser desapropriada está nível de Ministério do Meio Ambiente. Além de tentar levantar propostas para solução do problema criado, bem como explicar como as comunidades podem ser divididas na área de forma a satisfazê-las sem conflito mais graves.